De: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia

Para: Apreciação Pública <apreciacaopublica@alra.pt>

Assunto: Parecer sobre a proposta de permissão da pesca de atum com arte de salto e vara nas zonas de proteção total das AMP-Áreas Marinhas Protegidas

Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Dirijo-me a Vexa. na minha qualidade de antigo Deputado Regional (1980-84) Nacional (1985) e Deputado Europeu (1986-1994), onde firmemente defendi os interesses da Região e do País nas áreas da Agricultura e Pescas, Ambiente, Ciência, Assuntos Europeus e Relações Transatlânticas, entre outras. Tendo sido vários anos Vice-Presidente da Subcomissão (hoje, Comissão) de Pescas do Parlamento Europeu, fui autor do Relatório sobre Pesca Artesanal (Relatório Garcia - PE 126.077, de 31.08.1988), pelo que estou à vontade para me pronunciar sobre a matéria em apreciação. Além de, entre 1966 e 2003, em Angola, França e na Universidade dos Açores, ter sido investigador e docente de Biologia Aplicada e Ecologia, até me aposentar como Reitor. Defendi sempre e continuarei a defender, na atual qualidade de Deputado Honorário do Parlamento Europeu, os interesses dos nossos pescadores; o que, dado o conhecimento e os contatos que ainda mantenho em Bruxelas, me levam a estar preocupado com qualquer brecha que possamos abrir na imprescindível defesa da nossa ZEE, particularmente na RAMP-Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores. E uma brecha que pode ter graves consequências, é a sua político-partidarização. Porque o que está em jogo é muito mais que o salto e vara e o atum: o que realmente importa é manter a inviolabilidade das AMPs, uma vez que, se alterarmos o que existe, a proteção total desaparece e outros perigos surgirão. Falo, com conhecimento de causa, do que está em discussão na ISA-Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, matéria que devia – essa, sim! – merecer toda a atenção do nosso Parlamento Regional, como da Assembleia da República. Aliás, subscrevo inteiramente a posição do meu antigo colaborador da Universidade dos Açores, Prof. José Azevedo, igualmente enviada a esta apreciação pública. Sou assim do parecer que se deve rejeitar qualquer alteração do regime legal que entrará em vigor em setembro próximo para as AMP- Áreas Marinhas Protegidas dos Açores. Permita-me ainda, Senhor Presidente, que manifeste a minha surpresa por não se ter posto à discussão a eventual compensação aos nossos pescadores, pelos prejuízos que a limitação da área de pesca do atum com salto e vara possa causar. Ou será que é isto que, sub-repticiamente, está a motivar alguns? Fica a interrogação, permanecendo à disposição de Vexa. para quaisquer esclarecimentos suplementares que entenda necessários.

Ponta Delgada, 22 de abril de 2025

Vasco Garcia

Professor Catedrático e Reitor Aposentado da Universidade dos Açores